



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002151-77.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Duplicata**
 Requerente: **Manoel Eduardo Martins**
 Requerido: **Br Aves Exportação e Transportes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de embargos à execução que está fundada em três duplicatas.

Sustenta a embargante o excesso de execução por ter quitado duas das duplicatas trazidas à colação, reconhecendo por isso que apenas a dívida em relação à terceira delas estaria em aberto.

Os documentos de fls. 150/169 denotam a existência de diversas transações entre as partes, ao passo que os de fls. 170/175 atestam pagamentos em patamar inferior ao das mesmas.

A embargante, por outro lado, não produziu provas consistentes para respaldar o argumento de que as transferências aludidas a fls. 131 e 134 se destinassem ao adimplemento das duplicatas nº 000055 e 000056, porquanto nada há de concreto a esse propósito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Poderia, inclusive, apor informação nesse sentido em espaço próprio previsto nas transferências, mas como não o fez não poderá somente agora invocar o cumprimento de sua obrigação no particular, máxime se nada mais foi coligido em seu favor.

Como se não bastasse, vale registrar que o vencimento da primeira das duplicatas aconteceu em 12/04/2016 e o da segunda, em 15/04/2016, datas essas incompatíveis com as noticiadas transferências (respectivamente em 19/04/2016 – fl. 131, e 25/04/2016 – fl. 134), aspecto que reforça a ideia de que as últimas não tinham liame com as primeiras.

O quadro delineado firma a convicção de que a embargante não apresentou elementos sólidos que sobrepujassem os atributos inerentes aos títulos objeto da execução, patenteando o excesso suscitado, os quais subsistem íntegros.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**